



CÓD: OP-054DZ-22  
7908403531073

# TRT-GO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO – GO

450 questões gabaritadas- GABARITANDO  
- Técnico Judiciário  
– Área Administrativa

**CADERNO DE QUESTÕES**

## ***Caderno de Questões***

1. Língua portuguesa .....	5
2. Matemática.....	37
3. Raciocínio Lógico .....	49
4. Noções de Estatísticas .....	63
5. Noções de Direito Constitucional .....	79
6. Noções de Direito Administrativo .....	95
7. Noções de Administração Pública .....	111
8. Noções de Direito do Trabalho .....	129

---

# LÍNGUA PORTUGUESA

## LÍNGUA PORTUGUESA

1. FCC - ARE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022

Assunto: Ortografia - Casos Gerais e Emprego das Letras

Atenção: Leia o texto a seguir para responder à questão.

Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro

A partir de uma definição da antropóloga Nina Friedemann em “Comunidades negras: refúgios de africanias na Colômbia”, podemos entender africanias como a bagagem cultural submergida no inconsciente iconográfico dos negroafricanos entrados no Brasil em escravidão, que se faz perceptível na língua, na música, na dança, na religião, no modo de ser e de ver o mundo, e que, no decorrer dos séculos, como forma de resistência e de continuidade na opressão, transformou-se e converteu-se em matrizes partícipes da construção de um novo sistema cultural e linguístico que nos identifica como brasileiros.

São essas matrizes que, na década de 1930, o diplomata, escritor e pesquisador alagoano Renato Firmino Maia de Mendonça (1912 – 1990), em sua monografia sobre A influência africana no português do Brasil, trata de pontuar na formação da modalidade da língua portuguesa no Brasil, em nossas tradições orais e na literatura brasileira.

Em 1933, a 1ª edição foi publicada pela Gráfica Sauer com prefácio de Rodolfo Garcia, trazendo o mapa da distribuição do elemento negro no Brasil colonial e imperial. Em 1935, sai a 2ª edição pela Companhia Editora Nacional, na Coleção Brasileira, ilustrada com mapas e fotografias e aumentada em dois capítulos, um esboço histórico sobre o tráfico e um ensaio sobre o negro na literatura brasileira. Também de caráter inovador são os mapas toponímicos com localidades designadas por nomes africanos no Brasil, da autoria do geógrafo Carlos Marie Cantão, que vêm em addendum, ao final do livro. A 3ª edição, de 1948, é publicada no Porto pela Figueirinhas. Em 1972 e 1973, a 2ª edição é republicada pela Civilização Brasileira.

Ao lado de Jacques Raimundo, que coincidentemente publicou, pela Renascença, em 1933, O elemento afro-negro na língua portuguesa, a obra de Renato Mendonça é um estudo de referência obrigatória nessa importante

área de pesquisa, cuja repercussão científica corresponde a menos do que seu valor real, em razão da tendência de esse conhecimento ser considerado, por linguistas e filólogos, mais como objeto de pesquisa dos africanistas e dos especialistas em estudos “afro-brasileiros” – assim denominados como uma palavra composta de acordo com a grafia consagrada e recomendada pelo recente acordo ortográfico. Neste contexto, separado por um traço de união em lugar simplesmente de se escrever afrobrasileiros, o termo afro, tratado como um prefixo, reflete de maneira subliminar aquela tendência. Destaca-se como se fosse um aparte eventual no processo e não a parte afrobrasileira inscrita em nossa identidade cultural e linguística.

Dentro desse plano de entendimento, Renato Mendonça coloca e avalia a interferência que aquelas vozes de mais de quatro milhões de negros escravizados, no decorrer de três séculos consecutivos, imprimiram naquela língua portuguesa que eles foram obrigados a falar como segunda língua no Brasil. Ao mesmo tempo, Mendonça enriquece e alarga suas análises baseado em uma bibliografia ainda hoje consistente e de grande valia para os estudos atuais sobre a história e a etnografia africanas e suas línguas, principalmente sobre as que foram faladas no Brasil, as quais ele adequadamente chama de negroafricanas.

(  
*Adaptado de: CASTRO, Yeda Pessoa de. Prefácio – Renato Mendonça e A influência africana no português do Brasil, um estudo pioneiro de africanias no português brasileiro. In: Mendonça, Renato. A influência africana no Português do Brasil. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 15-16)*

Observações:

1. ADDENDUM: ADENDO, APÊNDICE.

Considerando a ortografia padrão é **correto** afirmar:

(A) Negroafricanas, diferentemente de afro-brasileiros, deve ser escrito sem hífen, tal como aparece no texto.

(B) O modo de escrita dos itens aparte e a parte evidencia, tal como demonstrado no texto, que não há conexões semânticas entre eles.

(C) A grafia da preposição e do pronome em de esse sublinha a função sintática do fragmento que introduzem, tal como em “João alertou para o perigo de o Paulo ser demitido”.

(D) Iconográfico, resistência e partícipe têm sua acentuação determinada pela mesma regra.

(E) Ciente de sua função exclusiva na ortografia, a de unir as partes de certas palavras compostas ou derivadas por prefixação, a autora eliminou o traço-de-união, ou hífen, de todo o seu texto.

## 2. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Há certas definições que parecem desnecessárias. História é um termo com o qual convivemos diariamente desde a infância. A maior parte das pessoas ...I quem se fizer a pergunta “O que é história?” se considerará em condições de respondê-la. Mas, ao tentar uma resposta, a pessoa se enrolará, não chegando ...II nenhuma definição precisa, ou dirá, com certo desinteresse, refletindo um consenso mais ou menos geral: “A história é o que já aconteceu ...III muito tempo”.

(Adaptado de: BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história?* São Paulo: Brasiliense, 2013, p. 7)

As lacunas I, II e III devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) à – a – à.
- (B) a – à – há.
- (C) a – a – há.
- (D) a – a – a.
- (E) à – à – à.

## 3. FCC - AG SUP (SEDU ES)/SEDU ES/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Atenção: Para responder à questão, leia o texto abaixo.

Os que se empenham em examinar as ações humanas jamais ficam tão atrapalhados como para juntá-las e apresentá-las sob a mesma luz, pois comumente elas se contradizem de modo tão estranho que parece impossível que venham da mesma matriz. O jovem Mário ora parece filho de Marte, ora filho de Vênus. Dizem que o papa Bonifácio VIII assumiu seu cargo como uma raposa, portou-se como um leão e morreu como um cão. E quem diria que foi Nero, essa verdadeira imagem da crueldade, quem respondeu, quando lhe apresentaram para assinar, seguindo a praxe, a sentença de um criminoso condenado: “Prouvera a Deus que eu jamais tivesse aprendido a escrever”, de tal forma lhe apertava o coração condenar à morte um homem? Tudo está tão cheio de exemplos assim, e até mesmo qualquer um de nós pode encontrar tantos outros por si mesmo, que estranho ver gente de bom senso ter às vezes trabalho para juntar essas peças, visto que a irresolução me parece o vício mais comum e aparente de nossa natureza.

(MONTAIGNE, Michel de. *Os ensaios: uma seleção.* São Paulo: Companhia das Letras, 2010)

...I... pecados elegantes e outros que aspiram ...II.. sê-lo.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. *O avesso das coisas: aforismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2019)

Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas I e II devem ser preenchidas, correta e respectivamente, por:

- (A) Há – à
- (B) Há – a
- (C) Há – há
- (D) A – a
- (E) A – à

## 4. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Fatos da Língua Portuguesa (porque, por que, porquê e por quê; onde, aonde e donde; há e a, etc)

Atenção: Para responder à questão, baseie-se no texto abaixo.

Se é verdade que a capacidade de ficar perplexo é o começo da sabedoria, então esta verdade é um triste comentário à sabedoria do homem moderno. Quaisquer que sejam os méritos de nosso elevado grau de educação literária e universal, perdemos o dom de ficar perplexos. Imagina-se que tudo seja conhecido – senão por nós, por algum especialista cujo mister seja saber aquilo que não sabemos. De fato, ficar perplexo é constrangedor, um indício de inferioridade intelectual. À medida que vamos envelhecendo, aos poucos perdemos a capacidade de ficar surpresos. Até as crianças raramente se surpreendem, ou pelo menos procuram não demonstrar isso. Saberas respostas certas parece ser o principal; em comparação, considera-se insignificante o saber fazer as perguntas certas.

Quiçá seja esta atitude uma razão por que um dos mais enigmáticos fenômenos de nossa vida, os nossos sonhos, dê margem a pouco espanto e suscite tão poucas perguntas.

Todos sonhamos: não entendemos nossos sonhos, e no entanto agimos como se de nada estranho corresse em nossas mentes adormecidas, estranho a menos em comparação com as atividades lógicas, deliberadas, de nossas mentes quando estamos acordados.

Quando acordados, somos seres ativos, racionais, ávidos por tentar obter o que desejamos e prontos a defender-nos contra qualquer ataque. Agimos e observamos; vemos o mundo exterior, talvez não como seja, mas no mínimo de maneira tal que o possamos usar e manipular.

# MATEMÁTICA

## GABARITO

### 1. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Números naturais: introdução, representação, propriedades

Se escrevermos os números inteiros de 0 a 100, o número de vezes que aparecerá o algarismo 7 é:

- (A) 10
- (B) 11
- (C) 21
- (D) 19
- (E) 20

### 2. FCC - ASS LEG (ALAP)/ALAP/ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL/ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/2020

Assunto: Números naturais: introdução, representação, propriedades

Para que um montante de laranjas possa ser dividido em 7 grupos, com um deles contendo  $\frac{1}{2}$  do total de laranjas, outro contendo  $\frac{1}{3}$  do total de laranjas e os 5 restantes contendo cada um deles a mesma quantidade de laranjas, é necessário, e suficiente, que o montante total de laranjas seja múltiplo de

- (A) 60
- (B) 30
- (C) 90
- (D) 24
- (E) 18

### 3. FCC - ANA PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Carlos deve preencher com números os quatro retângulos de modo a tornar todas as sentenças verdadeiras.

$$\begin{array}{r} \square + \square = 15 \\ + \quad + \\ \square - \square = 2 \\ \parallel \quad \parallel \\ 17 \quad 16 \end{array}$$

A soma dos valores a serem preenchidos é:

- (A) 34
- (B) 32
- (C) 31
- (D) 33
- (E) 35

### 4. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em uma prova com 20 questões de múltipla escolha, uma questão certa vale 7 pontos, uma questão errada vale -2 pontos e uma questão em branco vale 0 ponto. Clara fez 87 pontos nessa prova. O número de questões que Clara deixou em branco é:

- (A) 3
- (B) 4
- (C) 7
- (D) 6
- (E) 5

5. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um quadriculado  $2 \times 2$  é preenchido com números do conjunto  $\{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9\}$ , sem repetição. Em seguida, os números formados nas linhas e nas colunas são somados. Por exemplo, para o preenchimento do quadriculado abaixo, temos  $32 + 01 + 30 + 21 = 84$ .

3	2	32
0	1	1
30	21	

Nessas condições, a maior soma possível é:

- (A) 357
- (B) 348
- (C) 396
- (D) 354
- (E) 339

6. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Em um jogo de futebol o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor 0. Se houver empate, cada time ganha 1 ponto. As equipes A, B, C e D jogaram um torneio em que cada uma delas jogou exatamente uma vez contra a outra. Ao final do torneio, a equipe A obteve 7 pontos e as equipes B e C obtiveram 4 pontos cada uma. O número de pontos que a equipe D obteve foi:

- (A) 0
- (B) 1
- (C) 4
- (D) 3
- (E) 2

7. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/ENGENHARIA ELÉTRICA/2022

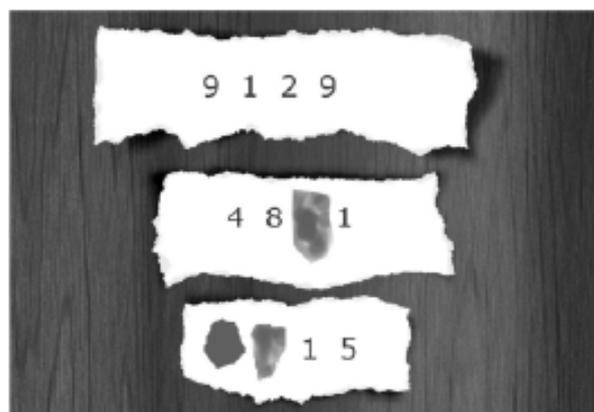
Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais

Um museu decidiu, devido à pandemia, autorizar a entrada de apenas três pessoas por vez. Aguardando a entrada, o trio em que Ana estava era o sétimo trio contando do início da fila e era o quinto trio contando do final da fila. O número de pessoas que estavam na fila do museu era

- (A) 33
- (B) 30
- (C) 27
- (D) 36
- (E) 39

8. FCC - PROF B (SEDU ES)/SEDU ES/ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO/MATEMÁTICA/2022

Assunto: Adição, subtração, multiplicação e divisão de números naturais



Três números de 4 dígitos são escritos em 3 pedaços de papel, observou-se então que a soma total dos números era de 17.215. Porém, após algum tempo, 3 dígitos foram rasurados e os 3 papéis ficaram assim: A soma dos três dígitos rasurados é

- (A) 9.
- (B) 10.
- (C) 11.
- (D) 13.
- (E) 12.

# RACIOCÍNIO LÓGICO

## RACIOCÍNIO LÓGICO

1. FCC - FRE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022  
Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Atenção: A questão refere-se a Raciocínio Lógico- Matemático.

No comitê eleitoral de uma candidata a senadora, foi colocada uma tela em que são reproduzidas, de maneira contínua e sempre na mesma ordem, cinco produções feitas para divulgar a sua campanha. Uma vez iniciada a reprodução, as pessoas podem acompanhar:

1º) um vídeo biográfico da candidata, com as principais realizações de sua trajetória política, com 4 minutos de duração;

2º) um compacto com os melhores momentos da candidata durante sua participação em um debate, com 3 minutos de duração; 3º) uma entrevista concedida pela candidata a um canal de televisão local, com 5 minutos de duração;

4º) um resumo do seu plano de atuação no Senado caso seja eleita, com 4 minutos de duração;

5º) um clipe com a música da campanha da candidata, com 2 minutos de duração.

Para entrar em um sistema computacional, o usuário deve digitar sua senha duas vezes seguidas e responder três perguntas de verificação. Se a senha for digitada corretamente nas duas oportunidades ou se nenhuma das três respostas estiver errada, então o usuário tem acesso ao sistema. Caso contrário, aparece na tela uma mensagem de erro.

Uma pessoa completou o processo para entrar nesse sistema, mas, ao final, apareceu na tela uma mensagem de erro. Nessas condições, é **correto** concluir que essa pessoa, necessariamente,

(A) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade e acertou, no máximo, duas perguntas de verificação.

(B) errou a digitação da senha em pelo menos uma oportunidade ou errou ao menos uma das três perguntas de verificação.

(C) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades e errou as três perguntas de verificação.

(D) não digitou a senha corretamente nas duas oportunidades ou não acertou nenhuma das três perguntas de verificação.

(E) errou a digitação da senha nas duas oportunidades ou não acertou uma das três perguntas de verificação.

2. FCC - ESTAG (SABESP)/SABESP/ENSINO SUPERIOR/2019

Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Considere válidas as seguintes afirmações:

*“Se Antônio passar no concurso, então Benedita e Carlos serão ambos promovidos.” “Benedita foi promovida, mas Carlos não.”*

Com base nessas informações, é possível concluir que:

(A) Antônio não passou no concurso.

(B) Benedita passou no concurso, mas Carlos não passou.

(C) Benedita não passou no concurso, mas Carlos passou.

(D) Benedita e Carlos não passaram no concurso.

(E) Antônio foi promovido.

3. FCC - AG TH (SANASA)/SANASA/MECÂNICO/2019  
Assunto: Tabela verdade das proposições compostas

Em uma equipe de futebol, sempre que André ou Bruno não jogam, o técnico escala Carlos para jogar, e Daniel sempre joga quando André joga. Se Carlos não jogou, então

(A) André jogou, mas Bruno não.

(B) Daniel jogou, mas Bruno não.

(C) André e Bruno não jogaram.

(D) Bruno jogou, mas Daniel não.

(E) Daniel e André jogaram.

4. FCC - AJ TRT9/TRT 9/ADMINISTRATIVA/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

A negação da afirmação: “não ficou doente e vai ficar em casa” é:

(A) Ficou doente e não vai ficar em casa.

(B) Não ficou doente ou vai ficar em casa.

(C) Ficou doente ou não vai ficar em casa.

- (D) Ficou doente ou vai ficar em casa.
- (E) Não ficou doente ou não vai ficar em casa.

5. FCC - ASS ADM FOM (AFAP)/AFAP/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

A negação da afirmação condicional “Se Carlos não foi bem no exame, vai ficar em casa” é:

- (A) Se Carlos for bem no exame, vai ficar em casa.
- (B) Carlos foi bem no exame e não vai ficar em casa.
- (C) Carlos não foi bem no exame e vai ficar em casa.
- (D) Carlos não foi bem no exame e não vai ficar em casa.
- (E) Se Carlos não foi bem no exame então não vai ficar em casa.

6. FCC - AUD FISC (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Em seu discurso de posse, determinado prefeito afirmou: “Se há incentivos fiscais, então as empresas não deixam essa cidade”. Considerando a afirmação do prefeito como verdadeira, então também é verdadeiro afirmar:

- (A) Se não há incentivos fiscais, então as empresas deixam essa cidade.
- (B) Se as empresas não deixam essa cidade, então há incentivos fiscais.
- (C) Se as empresas deixam essa cidade, então não há incentivos fiscais.
- (D) As empresas deixam essa cidade se há incentivos fiscais.
- (E) As empresas não deixam essa cidade se não há incentivos fiscais.

7. FCC - AUD FISC (SEFAZ BA)/SEFAZ BA/ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Suponha que a negação da proposição “Você é a favor da ideologia X” seja “Você é contra a ideologia X”. A proposição condicional “Se você é contra a ideologia A, então você é a favor da ideologia C” é equivalente a

- (A) Você é a favor da ideologia A e você é a favor da ideologia C.
- (B) Ou você é a favor da ideologia A ou você é a favor da ideologia C, mas não de ambas.
- (C) Você é a favor da ideologia A ou você é contra a ideologia C.

- (D) Você é a favor da ideologia A ou você é a favor da ideologia C.
- (E) Você é contra a ideologia A e você é contra a ideologia C.

8. FCC - ESTAG (SABESP)/SABESP/ENSINO MÉDIO TÉCNICO/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Seja a afirmação: “Se um time tem muito dinheiro e bons jogadores, então esse time não tem problemas”. Uma negação lógica dessa afirmação é

- (A) um time tem muito dinheiro e bons jogadores, e esse time tem problemas.
- (B) se um time não tem muito dinheiro e não tem bons jogadores, então esse time tem problemas.
- (C) se um time não tem muito dinheiro ou não tem bons jogadores, então esse time não tem problemas.
- (D) um time tem problemas e não tem bons jogadores e tem muito dinheiro.
- (E) se um time tem problemas, então esse time não tem muito dinheiro e não tem bons jogadores.

9. FCC - AG ADM (CM FORTAL)/CM FORTALEZA/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Sempre que, em um dia, há aula de Matemática e de Física, mas não há aula de Português, Anita leva sua calculadora de casa para a escola. Se hoje Anita não levou sua calculadora de casa para a escola, então, certamente, hoje

- (A) não houve aula de Matemática, nem de Física, mas houve de Português.
- (B) não houve aula de Matemática, ou não houve aula de Física, ou houve aula de Português.
- (C) não houve aula de Matemática, nem de Física, nem de Português.
- (D) houve aula de Matemática e de Física, mas não houve aula de Português.
- (E) não houve aula de Matemática, ou não houve aula de Física, ou não houve aula de Português.

10. FCC - AG ADM (PREF SJRP)/PREF SJRP/2019

Assunto: Equivalências lógicas (inclui negação de proposições compostas)

Considere a proposição: “Se Alberto está estudando, então é véspera de prova ou é dia 29 de fevereiro”. Uma proposição equivalente a essa é

- (A) Se Alberto não está estudando, então não é véspera de prova ou não é dia 29 de fevereiro.
- (B) Se Alberto não está estudando, então não é véspera de prova e não é dia 29 de fevereiro.

# NOÇÕES DE ESTATÍSTICAS

## NOÇÕES DE ESTATÍSTICAS

1. FCC - AJ TRT4/TRT 4/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2022

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

A tabela a seguir fornece as frequências relativas acumuladas correspondentes aos salários dos funcionários de uma empresa que não possuem nível superior.

Classe de salários (em salários mínimos)	Frequências relativas acumuladas (%)
1,5 – 2,5	10
2,5 – 3,5	25
3,5 – 4,5	M
4,5 – 5,5	M + 25
5,5 – 6,5	100

Observação: Não foram fornecidas as respectivas frequências da 3ª e 4ª classes, mas sabe-se que utilizando o método da interpolação linear o valor da mediana destes salários apresentou valor igual a 4,125 salários mínimos. M é um parâmetro real.

O valor médio destes salários, em salários mínimos, calculado como se todos os valores de uma classe coincidam com o ponto médio da respectiva classe, é igual a

- (A) 4,5
- (B) 3,3
- (C) 3,7
- (D) 4,1
- (E) 3,0

2. FCC - AJ TRE RR/TRE RR/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2015

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

A distribuição dos valores dos salários, em dezembro de 2014, dos 200 funcionários em um órgão público é representada por uma tabela de frequências absolutas, com todos os intervalos de classe apresentando a mesma amplitude, sendo fechados à esquerda e abertos à direita.

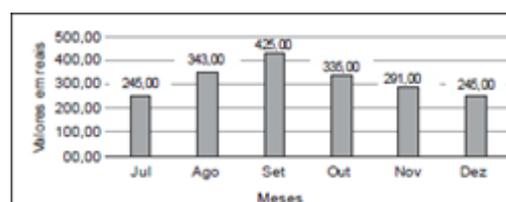
O valor da mediana, obtido pelo método da interpolação linear, foi igual a R\$ 5.600,00 e pertencente ao intervalo de classe, em reais, [ 5.000,00 ; 6.500,00 ). Se 80 funcionários possuem um salário inferior a R\$ 5.000,00, então a porcentagem dos funcionários que apresentam um salário igual ou superior a R\$ 6.500,00 é, em %, igual a

- (A) 45.
- (B) 30.
- (C) 50.
- (D) 25.
- (E) 35.

3. FCC - AJ TRT3/TRT 3/APOIO ESPECIALIZADO/MEDICINA DO TRABALHO/2015

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

Para fazer uma proposta orçamentária para o segundo semestre, do exame de Anti-HBs realizados nos exames médicos ocupacionais admissionais para a função de enfermeiro, o médico do trabalho levantou o custo deste exame no segundo semestre do ano anterior, que é apresentado no gráfico abaixo.



A mediana do custo no último semestre foi, em R\$, de

- (A) 245,00.
- (B) 314,00.
- (C) 313,00.
- (D) 335,00.
- (E) 291,00

4. FCC - AJ TRT19/TRT 19/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2014

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

Considere a tabela de frequências absolutas abaixo, correspondente aos salários dos 80 funcionários lotados em um órgão público.

CLASSE DE SALÁRIOS	(R\$) FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS
2.000  — 4.000	f1
4.000  — 6.000	f2
6.000  — 8.000	f3
8.000  — 10.000	f4
10.000  — 12.000	f5
12.000  — 14.000	f6
TOTAL	80

Observação:  $60f_1 = 15f_2 = 12f_3 = 20f_4 = 30f_5 = 60f_6$

O valor da média aritmética dos salários foi obtido considerando que todos os valores incluídos em um certo intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio deste intervalo. O valor da mediana foi obtido pelo método da interpolação linear. A porcentagem que o valor da mediana representa do valor da média aritmética dos salários é, em %, igual a

- (A) 98.
- (B) 88.
- (C) 90.
- (D) 96.
- (E) 84.

5. FCC - AJ TRT13/TRT 13/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2014

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

A tabela de frequências absolutas, abaixo, corresponde à distribuição dos salários dos empregados em uma empresa, em que todos os intervalos de classe têm a mesma amplitude. O valor da mediana dos salários (obtido por interpolação linear) é igual a R\$ 4.100,00 e pertence ao intervalo [c , d) em que  $c = R\$ 3.500,00$ .

Intervalos de Classe (R\$)	Frequências Absolutas
a   b	10
b   c	15
c   d	25
d   e	20
e   f	10
Total	80

Calculando o valor da média aritmética destes salários, considerando que todos os valores incluídos em um certo intervalo de classe são coincidentes com o ponto médio deste intervalo, verifica-se que este valor pertence ao intervalo (em R\$)

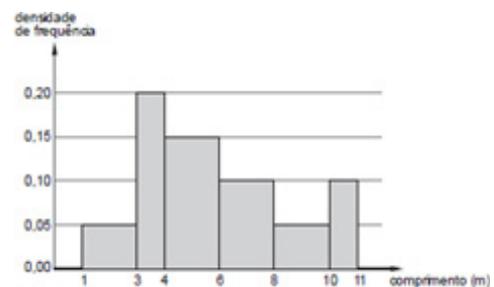
- (A) [3.900 , 3.950).

- (B) [3.950 , 4.000).
- (C) [4.000 , 4.050).
- (D) [4.050 , 4.100).
- (E) [4.100 , 4.150).

6. FCC - AJ TRT5/TRT 5/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2013

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

A distribuição das medidas em metros (m) dos comprimentos dos cabos no estoque de uma fábrica está representada pelo histograma mostrado abaixo, em que no eixo vertical constam as densidades de frequências, em  $(m)^{-1}$ , e no eixo horizontal os intervalos de classe. Define-se densidade de frequência de um intervalo de classe como sendo o resultado da divisão da respectiva frequência relativa pela correspondente amplitude do intervalo.



Sabendo-se que todos os intervalos de classe são fechados à esquerda e abertos à direita, então a porcentagem dos cabos que apresentam uma medida de comprimento de pelo menos igual a 4 m e inferior a 10 m é de

- (A) 50%.
- (B) 60%.
- (C) 70%.
- (D) 80%.
- (E) 90%.

7. FCC - AJ TRT12/TRT 12/APOIO ESPECIALIZADO/ESTATÍSTICA/2013

Assunto: Quantis (mediana, quartil, decil, percentil) e Interpolação linear da Ogiva

Em uma tabela de distribuição de frequências relativas, representando a distribuição dos salários dos funcionários em um órgão público, obteve-se pelo método da interpolação linear que o valor da mediana foi igual a R\$ 4.400,00 e pertencente ao intervalo de classe [4.000,00; 5.000,00), em R\$. Se 35% dos funcionários possuem um salário maior ou igual a R\$ 5.000,00, então a respectiva frequência relativa correspondente ao intervalo em que pertence a mediana é, em %, igual a

- (A) 15.
- (B) 40.

# NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

## NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

### 1. FCC - DP PB/DPE PB/2022

Assunto: Direito Constitucional: conceito e fontes. Estado, povo, território etc

Dentro das teorias sobre as origens do Estado, a ideologia gaulesa ou gálica estabelecia que

- (A) os grupos se organizavam de forma rude e nômade.
- (B) a família era o centro da formação do Estado.
- (C) o rei possuía certos direitos contra o papa.
- (D) o soberano prestava contas somente a Deus e o povo reconhecia esse poder.
- (E) o poder absoluto era de origem divina.

### 2. FCC - DP PB/DPE PB/2022

Assunto: Formas de Estado e Governo, Sistemas de Governo, Separação de Poderes. Freio e contrapesos

Tomando como base a teoria da separação dos poderes, na antiguidade clássica, a indispensabilidade de estabelecerem-se poderes com estrutura, atribuições e funções diferentes foi chamada por Aristóteles de

- (A) constituição mista.
- (B) constituição heterogênea.
- (C) acesso de estrato social.
- (D) modelo polibiano.
- (E) modelo social-igualitário.

### 3. FCC - DP BA/DPE BA/2021

Assunto: Constitucionalismo e neoconstitucionalismo

A expressão “constitucionalização simbólica” abrange

- (A) textos constitucionais bloqueados temporariamente pela edição de medida provisória.
- (B) textos constitucionais que sofreram hipertrofia simbólica em suas mutações.
- (C) códigos jurídicos constitucionais fragilizados pela interpretação dada à norma pelos Tribunais.
- (D) direcionamento de condutas e orientações conforme as determinações jurídicas e respectivas disposições constitucionais.

(E) códigos jurídicos fortalecidos pela recepção positiva dos jurisdicionados e a efetivação de sua legitimidade social.

### 4. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022

Assunto: Princípios Constitucionais sensíveis, estabelecidos e extensíveis

Em “Marbury vs. Madison” (1803), a Suprema Corte estadunidense proferiu uma decisão que é considerada um marco histórico para o direito constitucional. Tal decisão consagrou

- (A) o princípio da supremacia da constituição e a teoria do desvio de poder.
- (B) o princípio da supremacia da constituição e o controle judicial de constitucionalidade das leis.
- (C) o princípio do controle judicial concentrado de constitucionalidade das leis e a teoria do desvio de poder.
- (D) a teoria de Hans Kelsen acerca do controle concentrado de constitucionalidade a ser exercido por um tribunal exclusivamente constitucional, topograficamente localizado fora do quadro estrutural do poder judiciário.
- (E) o princípio da legalidade e a relevância do writ of mandamus para o controle judicial dos atos ilegais de agentes públicos.

### 5. FCC - DP GO/DPE GO/2021

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

A Constituição Federal traz espécies de limitações ao poder de sua reforma, que são conhecidas, pela doutrina, como limitações expressas e limitações implícitas. A respeito das limitações expressas, essas se subdividem em

- (A) intransponíveis, temporárias e materiais.
- (B) imateriais, formais e transitórias.
- (C) imutáveis, concretas e abstratas.
- (D) intangíveis, formais e informais.
- (E) circunstanciais, materiais e formais.

6. FCC - DP SC/DPE SC/2021

Assunto: Constituição: conceito, estrutura, supremacia e classificação

A Constituição é definida como decisão política do titular do poder constituinte por

- (A) Ferdinand Lassalle.
- (B) Carl Schmitt.
- (C) Hans Kelsen.
- (D) Rudolf von Ihering.
- (E) Karl Loewenstein.

7. FCC - DP (DPE AP)/DPE AP/2022

Assunto: Eficácia das Normas Constitucionais

A tese da eficácia vinculante dos motivos determinantes tem ressoado no Supremo Tribunal Federal, demonstrando sua importância no que diz respeito à tutela normativa da Constituição. Nesse sentido, a *ratio decidendi* é importante técnica de legitimação das decisões proferidas pelos julgadores e apresenta como aspecto intrínseco

- (A) a extensão da eficácia vinculante aos fundamentos da decisão.
- (B) a extensão da eficácia vinculante ao dispositivo da decisão.
- (C) o convencimento do julgador explicitado no relatório e dispositivo da decisão.
- (D) a consideração dos fundamentos da decisão, incluindo-se as abordagens periféricas.
- (E) a similitude com a técnica de interpretação da lei.

8. FCC - DP (DPE AP)/DPE AP/2022

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

O poder constituinte que rompe por completo com a antiga ordem estruturante do Estado, instaurando uma nova, é conhecido como

- (A) revolucionário, sobrevivendo ao poder instituidor.
- (B) decorrente, sobrevivendo ao poder revolucionário.
- (C) revolucionário, sobrevivendo ao poder histórico.
- (D) decorrente, sobrevivendo ao poder institucionalizador.
- (E) revisor, sobrevivendo ao poder originário.

9. FCC - DP RR/DPE RR/2021

Assunto: Poder Constituinte (originário, derivado, reformador, revisor, decorrente etc)

São características do poder constituinte derivado reformador:

- (A) Acarretar uma verificação do texto constitucional.
- (B) Criar, por parte dos entes federados, sua própria Constituição.

(C) Ser o responsável pela ampliação ou modificação do texto constitucional.

(D) Encontrar previsão nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

(E) Acarretar reforma do texto constitucional apenas após cinco anos da promulgação.

10. FCC - DP (DPE AP)/DPE AP/2022

Assunto: Aplicação das Normas Constitucionais no Tempo (recepção, repristinação, desconstitucionalização)

Considerando o tema processo legislativo, a manutenção em vigor de Constituição anterior que, porém, perde a sua hierarquia constitucional para operar como legislação comum é conhecida como

- (A) desidratação constitucional.
- (B) repristinação.
- (C) recepção.
- (D) desclassificação constitucional.
- (E) desconstitucionalização.

11. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022

Assunto: Métodos e princípios de interpretação das normas constitucionais

Em sede de arguição de descumprimento de preceito fundamental tendo por objeto dispositivos legais atinentes à legítima defesa no âmbito da legislação penal e processual penal, ajuizada em virtude de decisões de Tribunais de Justiça que ora validavam, ora anulavam veredictos de tribunais de júri que absolviam réus processados pela prática de feminicídio com fundamento na tese da legítima defesa da honra, foi concedida medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal para os fins de *(i) firmar o entendimento de que a tese da legítima defesa da honra é inconstitucional; (ii) excluir a legítima defesa da honra do âmbito do instituto da legítima defesa previsto nos dispositivos objeto da arguição; e (iii) obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente, a tese de legítima defesa da honra (ou qualquer argumento que induza à tese) nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade do ato e do julgamento.*

No caso em tela, em relação aos dispositivos legais impugnados, o Supremo Tribunal Federal procedeu à

- (A) declaração parcial de inconstitucionalidade, com redução de texto, sendo a referida decisão dotada de eficácia inter partes e efeitos ex nunc.
- (B) declaração parcial de inconstitucionalidade, com redução de texto, sendo a referida decisão dotada de efeito vinculante, eficácia erga omnes e efeitos ex tunc.
- (C) interpretação conforme à Constituição, sendo a referida decisão dotada de eficácia inter partes e efeitos ex tunc.

# NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

### 1. FCC - PROC A (MANAUSPREV)/MANAUS-PREV/2021

Assunto: Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

A discussão teórica sobre o conceito de Direito Administrativo se estabeleceu, a partir do debate acadêmico europeu do Século XIX, em torno de determinados traços distintivos da disciplina. Dentre as escolas que então se formaram, aquela que enfatizava a importância da distinção entre “atos de império” e “atos de gestão”, para fins de definição do campo científico jusadministrativo, é a escola

- (A) do serviço público.
- (B) teleológica ou finalista.
- (C) da *puissance publique* ou potestade pública.
- (D) da gestão pública.
- (E) imperialista ou da supremacia administrativa.

### 2. FCC - DP AM/DPE AM/2021

Assunto: Origem, Conceito e Fontes do Direito Administrativo

O critério que define o direito público resumindo-o às regras de organização e gestão dos serviços públicos exercidos pelo Estado ficou conhecido como o critério

- (A) residual.
- (B) do Poder Executivo.
- (C) da escola *puissance publique*.
- (D) do serviço público.
- (E) das relações jurídicas.

### 3. FCC - TEC GP (PGE AM)/PGE AM/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

*O regime jurídico administrativo é o conjunto de traços, de conotações, que tipificam o Direito Administrativo, colocando a Administração Pública numa posição privilegiada, vertical, na relação jurídico-administrativa, no dizer da jurista Maria Sylvia Zanella Di Pietro (Direito Administrativo, 32.ed., item 3.2).*

Tal regime é aplicável

- (A) apenas no âmbito do Poder Executivo.
- (B) em todos os Poderes da União, mas apenas nos Poderes Executivos estaduais e municipais.
- (C) na Administração Indireta, mas apenas nas entidades de natureza autárquica.
- (D) excepcionalmente e de forma não exclusiva, nas empresas estatais.
- (E) somente no exercício do poder de polícia administrativa.

### 4. FCC - ARE (SEFAZ AP)/SEFAZ AP/2022

Assunto: Regime Jurídico da Administração e Regime Jurídico Administrativo

Constitui expressão do princípio da supremacia do interesse público em sua incidência nos contratos administrativos

- (A) as denominadas cláusulas exorbitantes, que conferem à Administração a possibilidade de impor alterações do objeto do contrato para melhor adequação ao interesse público.
- (B) a prerrogativa conferida à Administração de modificação da equação econômico-financeira original do contrato, caso verificada a ocorrência de álea econômica extraordinária.
- (C) a faculdade de rescisão unilateral pela Administração, independentemente do descumprimento de obrigações por parte do contratado, com os consectários previstos na legislação de regência.
- (D) a possibilidade de aplicação de sanções ao contratado na hipótese de descumprimento das obrigações pactuadas, sendo igual prerrogativa conferida ao contratado exclusivamente na hipótese de contrato de concessão de serviços públicos.
- (E) a atribuição à Administração de poderes de fiscalização da atuação do contratado, vedada, contudo, a aplicação de multas ou outras penalidades que extrapolem aquelas previstas no Código Civil para os contratos em geral.

5. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

A Administração Pública deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade e eficiência. Segundo o princípio da legalidade,

- (A) todos os atos devem ter sempre o objetivo do interesse público, não podendo a Administração Pública agir em interesse próprio ou de terceiro beneficiado.
- (B) a Administração Pública deve agir em consonância com os bons costumes, os princípios de justiça e equidade e a ideia comum de honestidade.
- (C) a Administração Pública só pode realizar atos e medidas que a lei permite, não podendo conceder direitos de qualquer espécie ou criar obrigações por atos administrativos.
- (D) os atos da Administração Pública devem sempre estar em conformidade com os preceitos de visibilidade e clareza.
- (E) a Administração Pública deve agir no sentido de produzir resultados que satisfaçam da melhor maneira as necessidades públicas.

6. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

O ato administrativo consistente na publicação da nomeação de novos servidores públicos no Diário Oficial do Estado do Amazonas atende ao princípio da

- (A) eficiência.
- (B) publicidade.
- (C) proporcionalidade.
- (D) presunção de legitimidade.
- (E) supremacia do interesse público.

7. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios básicos que informam toda a Administração pública estão os da

- (A) legitimidade, independência, maturidade, publicidade e eficiência.
- (B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficácia.
- (C) legitimidade, impessoalidade, maturidade, parafiscalidade e eficácia.

(D) legalidade, independência, maturidade, parafiscalidade e eficácia.

(E) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

8. FCC - ACE (TCE-GO)/TCE GO/CONTABILIDADE/2022

Assunto: Princípios expressos, explícitos ou constitucionais

Dentre os princípios que regem as atividades da Administração pública, o princípio da

- (A) moralidade sobrepõe-se aos demais, porque tem caráter transversal e pode fundamentar medidas judiciais em função de seu descumprimento.
- (B) eficiência não encontra expresso amparo constitucional, mas é deduzido pela interpretação sistemática e finalística dos demais princípios de status supra legais.
- (C) impessoalidade informa todos os órgãos e pessoas que compõem a estrutura administrativa, impedindo a prévia identificação dos agentes públicos, para evitar constrangimentos e revelação de conflitos de interesses.
- (D) publicidade foi alçado à categoria de único princípio absoluto após a edição da Lei de Acesso à Informação.
- (E) legalidade apresenta diferentes acepções, dentre elas a circunscrição de matérias reservadas à expressa disciplina por lei formal.

9. FCC - ASS PROC (PGE AM)/PGE AM/2022

Assunto: Princípios implícitos, reconhecidos e infra-constitucionais

A imposição de obrigações e restrições aos administradores, apenas nos limites necessários ao atingimento do interesse público colimado, constitui um corolário do princípio da

- (A) proporcionalidade, que predica adequação entre meios e fins.
- (B) legalidade, que é um princípio prevalente, cuja incidência afasta a dos demais.
- (C) eficiência, o qual, contudo, aplica-se à Administração Pública apenas subsidiariamente.
- (D) isonomia, o qual, todavia, pode ser afastado em prol da supremacia do interesse público.
- (E) razoabilidade, que impede a Administração Pública de atuar com poder de império.

# NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

1. FCC - AJ TRT22/TRT 22/APOIO ESPECIALIZADO/BIBLIOTECONOMIA/2022

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

As funções administrativas que envolvem, respectivamente, o estabelecimento da estrutura formal de autoridade e a análise da forma como a unidade de informação está operando são as de

- (A) organização e comando.
- (B) planejamento e controle.
- (C) organização e controle.
- (D) coordenação e comando.
- (E) planejamento e coordenação.

2. FCC - TP (MANAUSPREV)/MANAUSPREV/ADMINISTRATIVA/2021

Assunto: Processo organizacional e funções administrativas

A coordenação no âmbito de uma organização constitui uma das funções inerentes à atuação do administrador, podendo ser exercida por meio de diferentes formas. Nesse contexto, o mecanismo denominado ajuste espontâneo

- (A) apresenta-se como uma dessas formas, sendo pautado pela comunicação, formal ou informal, entre os responsáveis pelas atividades para obter o equilíbrio entre as quantidades, tempos de produção e direções a serem seguidas.
- (B) configura uma falha de coordenação presente quando o administrador não exerce a função que lhe foi atribuída, propiciando comunicação informal entre os administrados e acomodações indesejáveis nos processos produtivos.
- (C) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, ligando-se à subsequente função de controle e sendo utilizado para fins de ações corretivas dos processos de trabalho.
- (D) constitui uma técnica de coordenação de caráter restrito, cuja aplicação é adequada apenas a organizações mecanicistas, com processos de trabalho e produção pouco complexos.

(E) não faz parte da função de coordenação propriamente dita, constituindo uma ferramenta de organização e planejamento comumente utilizada pelos administradores para propiciar o entrosamento da equipe.

3. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

Em uma rede social, Marcos publicou um comentário, afirmando que a Administração Pública deveria seguir todos os princípios da Administração Privada. Júlia respondeu ao seu comentário com três argumentos que diferenciam os dois tipos de administração. Os argumentos válidos publicados na resposta da Júlia encontram-se em:

- (A) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço, já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo os interesses dos cidadãos são irrelevantes, ao contrário da empresa privada.
- (B) o governo tem que pensar no lucro de todas as empresas, e as empresas, somente no seu. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. No governo há a intenção de servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.
- (C) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu impacto para a sociedade. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através de boletos, quando o cidadão usa um serviço específico; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço mesmo sem usar. No governo há a intenção de servir aos interesses econômicos da nação, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(D) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e muitos pagam mesmo sem usar o serviço; já na iniciativa privada, a pessoa paga pelo bem ou serviço que consome. O governo existe para servir a sociedade e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

(E) o governo tem que pensar no bem-estar coletivo, e as empresas, no seu lucro financeiro. Na Administração Pública, o pagamento pelos serviços é feito através dos impostos e o cidadão paga somente pelo serviço que usar; já na iniciativa privada, a pessoa paga diretamente para a empresa pelo bem ou serviço que consome. No governo há o desejo de servir às empresas para que atendam aos seus consumidores, e a empresa privada visa atender aos interesses de um indivíduo ou grupo.

4. FCC - AJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

É(São) exemplo(s) de convergência de práticas entre a Administração pública direta e a iniciativa privada:

- (A) avaliação por resultados e participação nos lucros.
- (B) participação nos lucros e demissão sem justa causa.
- (C) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e avaliação por resultados.
- (D) direito a férias remuneradas com salário maior do que o normal e demissão sem justa causa.
- (E) participação nos lucros.

5. FCC - ANA (TJ SC)/TJ SC/ADMINISTRATIVO/2021

Assunto: Convergências entre a gestão pública e a privada

Constitui característica convergente entre a gestão pública e a gestão privada:

- (A) atividade regida por recursos oriundos de contribuições compulsórias dos cidadãos e empresas, que devem ser direcionados para a prestação do serviço público e do bem comum.
- (B) subordinação à supremacia do interesse público e à obrigação da continuidade da prestação do serviço.
- (C) possibilidade de fazer tudo aquilo que não estiver proibido por lei.
- (D) busca pelo lucro financeiro e por formas de garantir a sustentabilidade do negócio.
- (E) preocupação com a produtividade, eficiência, eficácia e efetividade de suas ações.

6. FCC - ASS TD (DPE AM)/DPE AM/ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Administração patrimonialista

O modelo de Administração pública utilizado para descrever o caso brasileiro nos períodos da Colônia, do Império e da República, até a década de 30, onde não há clara distinção entre o bem que é público, privado ou do governante, é conhecido como modelo

- (A) burocrático.
- (B) gerencial.
- (C) patrimonial.
- (D) formal.
- (E) social.

7. FCC - AGAAS (PREF RECIFE)/PREF RECIFE/2022

Assunto: Administração gerencial (Nova Gestão Pública ou modelo pós-burocrático)

Duas das diferenças principais entre Administração Pública Gerencial e Administração Pública Societal são:

(A) A Administração Pública Gerencial é um movimento nacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos latino-americanos e desconsidera a eficiência administrativa, ajustando a gestão conforme recomendações dos ministérios governamentais, enquanto a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais do Sul do Brasil e minimiza a participação social no Estado, procurando estruturar um projeto político que seja condizente com o estado vigente.

(B) A Administração Pública Gerencial tem origem nos movimentos sociais brasileiros, enfatiza a participação social e procura estruturar um projeto político que repense o modelo de desenvolvimento do Estado, a estrutura de seu aparelho e o paradigma de gestão, enquanto a Administração Pública Societal é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano e enfatiza a eficiência administrativa fundamentando-se no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista.

(C) A Administração Pública Gerencial é um movimento internacional pela reforma do Estado, que se baseia principalmente nos modelos inglês e americano, enfatiza a eficiência administrativa e fundamenta-se no ajuste estrutural, nas recomendações dos organismos multilaterais internacionais e no movimento gerencialista. Já a Administração Pública Societal tem origem nos movimentos sociais brasileiros e enfatiza a participação social, procurando estruturar um projeto po-

# NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

## NOÇÕES DE DIREITO DO TRABALHO

1. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022  
Assunto: Princípios do Direito Individual do Trabalho

Em relação aos princípios que orientam o Direito do Trabalho, nos termos prescritos pela doutrina, a legislação e o entendimento sumulado pelo TST estabelecem:

(A) O princípio da intangibilidade salarial admite exceções somente quando houver autorização expressa do trabalhador, ainda que causem prejuízos.

(B) De acordo com o princípio da intangibilidade contratual objetiva, o conteúdo do contrato de emprego poderia ser modificado, caso ocorresse efetiva mudança no plano do sujeito empresarial.

(C) A Consolidação das Leis do Trabalho não possui nenhum dispositivo expresso que atribui aos princípios uma função integrativa ou que indique a primazia do interesse público.

(D) O Juiz do Trabalho pode privilegiar a situação de fato, devidamente comprovada, em detrimento dos documentos ou do rótulo conferido à relação de direito material, em razão do princípio da primazia da realidade sobre a forma.

(E) O princípio da continuidade do contrato de trabalho constitui presunção favorável ao empregador, razão pela qual o ônus da prova quanto ao término do contrato de trabalho é do trabalhador, nas hipóteses em que são negados a prestação dos serviços e o despedimento.

2. FCC - TJ TRT22/TRT 22/ÁREA ADMINISTRATIVA/"-SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Princípios do Direito Individual do Trabalho

Através de regulamento interno a empresa Glamour Indústria de Confeções Ltda. assegurou a seus empregados, mediante adesão voluntária e em regime de coparticipação, um plano de saúde com cobertura assistencial ampla. Após cinco anos, a empresa instituiu novo regulamento interno que também, mediante adesão voluntária, assegura um plano de saúde, com cobertura assistencial menos ampla, mas integralmente custeado pela mesma. Considerando que Edilton, empregado da Glamour, havia

aderido ao plano de saúde do primeiro regulamento, nos termos da legislação consolidada e jurisprudência sumulada do TST,

(A) é vedada sua adesão ao plano de saúde previsto no novo regulamento, pois isso significará alteração ilícita do contrato de trabalho.

(B) se ele aderir ao plano de saúde previsto no novo regulamento, sua opção tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do regulamento anterior.

(C) sua adesão ao plano de saúde previsto no novo regulamento somente terá validade se dela não resultar prejuízos para ele.

(D) ele poderá utilizar o que for mais favorável de cada um dos planos de saúde, já que a inalterabilidade das condições mais benéficas é regra imperativa.

(E) ele poderá aderir ao plano de saúde previsto no novo regulamento, mas após dois anos da adesão deve ser verificado se a adesão foi prejudicial e, se isso ocorrer, ele retorna ao plano de saúde do regulamento anterior.

3. FCC - DP CE/DPE CE/2022

Assunto: Direitos constitucionais trabalhistas

Sobre os direitos constitucionais dos trabalhadores é

(A) garantido seguro-desemprego ao trabalhador, em qualquer hipótese, desde que respeitados os períodos de carência.

(B) direito do trabalhador o seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

(C) garantida a licença-paternidade, nos termos da lei, com duração mínima de trinta dias.

(D) direito da trabalhadora a licença-maternidade de 180 dias, podendo retornar ao trabalho após pelo menos 120 dias, desde que indenizada pelo período restante.

(E) garantida a irredutibilidade de salário, salvo motivos de caso fortuito ou força maior, referendados pelo sindicato da categoria ou pelo Judiciário.

4. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022  
Assunto: Fontes do Direito Individual do Trabalho

O tema relativo às fontes no Direito do Trabalho possui um enfoque especial por comportar um relevante elemento diferenciador desse segmento jurídico especializado perante os demais ramos existentes. Nesta seara, a Doutrina considera fontes formais autônomas

- (A) a Constituição Federal, as leis federais e as medidas provisórias.
- (B) os tratados e convenções internacionais após ratificação e adesão internas e os regulamentos normativos.
- (C) as convenções coletivas de trabalho, os acordos coletivos de trabalhos e o contrato coletivo de trabalho.
- (D) as portarias, as instruções normativas e as circulares do Ministério do Trabalho.
- (E) os usos e costumes, o laudo arbitral no contexto do Direito Coletivo do Trabalho e a sentença normativa.

5. FCC - PROC (TERESINA)/PREF TERESINA/2022  
Assunto: Fontes do Direito Individual do Trabalho

Considerando a autonomia do Direito do Trabalho, no contexto dos ramos e disciplinas componentes do universo do Direito, em relação a suas fontes e seus princípios:

- (A) As fontes formais heterogêneas do Direito do Trabalho, sob a perspectiva econômica, estão, regra geral, atadas à existência e evolução do sistema capitalista, advindo da Revolução Industrial, do século XVIII.
- (B) Esse ramo jurídico especializado constitui-se das seguintes fontes materiais heterônomas: costumes; convenções coletivas de trabalho e acordos coletivos de trabalho.
- (C) São consideradas fontes formais autônomas justas os tratados e convenções internacionais favorecidos por ratificação e adesão internas e as sentenças normativas.
- (D) O princípio do contrato-realidade determina que o operador jurídico, no exame das declarações volitivas, deve atentar mais ao envoltório formal do que à intenção dos agentes, porque a prática habitual não pode alterar o contrato pactuado.
- (E) O princípio da norma mais favorável adquiriu respaldo constitucional na medida em que o artigo 7o, caput da Constituição Federal utilizou a expressão “além de outros que visem à melhoria de sua condição” ao elencar o rol dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais.

6. FCC - PROC (UNICAMP)/UNICAMP/2022  
Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

A Consolidação das Leis do Trabalho conceitua as figuras essenciais de um contrato de trabalho como sendo empregado e empregador, apresentando requisitos desta relação de emprego. Segundo essa norma,

- (A) os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.
- (B) os profissionais liberais, mesmo que admitam trabalhadores como empregados, não se equiparam ao empregador, para os efeitos da relação de emprego.
- (C) uma associação recreativa sem fins lucrativos não poderá ser considerada empregadora para efeitos da relação de emprego, por faltar o requisito da atividade lucrativa do empregador.
- (D) o marido não poderá ser considerado empregado de sua esposa, casada em regime de comunhão de bens, em razão do grau de parentesco, mesmo que presentes os requisitos legais da relação de emprego.
- (E) considera-se empregado toda pessoa física ou jurídica que prestar serviços eventuais a pessoa jurídica mediante remuneração e sob a dependência desta.

7. FCC - TJ TRT4/TRT 4/ADMINISTRATIVA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

O contrato de trabalho intermitente, conforme previsão da Consolidação das Leis do Trabalho, pode ser considerado um contrato atípico, por ausência de

- (A) subordinação.
- (B) remuneração mensal.
- (C) continuidade.
- (D) onerosidade.
- (E) previsibilidade.

8. FCC - AJ TRT23/TRT 23/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Relação de Trabalho e Relação de Emprego

Considere as assertivas abaixo a respeito do contrato de trabalho intermitente.

- I. O contrato de trabalho intermitente, por ser uma modalidade extraordinária e informal, pode ser celebrado de forma tácita, desde que haja algum meio eficaz de manifestação de vontade do empregado.
- II. Apenas a categoria dos aeronautas é excluída da possibilidade de celebração de contrato de trabalho intermitente, por contar com legislação própria que regulamenta a profissão.